

PELA LIBERTAÇÃO DOS POVOS OPRIMIDOS

Boletim Anti-Colonial e Anti-Imperialista do
CENTRO DE ESTUDOS ANTI-COLONIAIS (C.E.A.C.) DA A.A.C.

Nº 4

26/6/75

Edição especial na comemoração do dia da independência de MOÇAMBIQUE



A LUTA CONTINUA	25/6/62 FUNDAÇÃO DA FRELIMO
	25/9/64 INÍCIO DA LUTA ARMADA
	25/6/75 INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

SUMÁRIO:

- Editorial..... pág. 1
- A Frelimo e a luta pela independência nacional.....
- A mulher moçambicana e a revolução..... pág. 7
- O papel da medicina na luta de libertação nacional..... pág. 5
- Acordo de Lusaka (extractos)
- Programa e estatutos da Frelimo (extracto:)

EDITORIAL

programa das comemorações

Hoje, 25 de Junho de 1975, Moçambique atinge aquilo porque há centenas de anos anseia: a sua Independência Nacional.

Hoje, o Povo Moçambicano regozija-se com a sua Independência e comemora, ao mesmo tempo, o 13º aniversário da fundação da FRELIMO.

Também nós, Portugueses anti-imperialistas e anti-colonialistas não podemos ficar indiferentes a esta data, assim como as datas de 5 de Julho e 12 de Julho em que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe irão libertar-se do jugo colonial português.

Por isso a Associação Académica de Coimbra e a Casa dos Estudantes das Colónias (delegação de Coimbra) resolveram levar a efeito uma série de realizações para manifestar o seu apoio e solidariedade aos Povos Irmãos das ex-Colónias Portuguesas.

Dentro das Secções Culturais e Organismos Autónomos da A.A.C. que participam nesta iniciativa conta-se também o C.E.A.-C., já que é um campo que lhe diz, muito directamente, respeito.

No entanto e à semelhança do que acontece em todo o seu trabalho, o C.E.A.-C. participa nas comemorações segundo um espírito de não-sectarismo, sem que, por isso, deixe de apresentar os pontos de vista que considera correctos e as suas críticas sobre as questões com as quais está em desacordo.

Assim, dizemos desde já que tencionamos fazer críticas sobre tudo o que nos pareça incorrecto ao longo destas realizações. É segundo esta perspectiva que nós dizemos que estamos em desacordo acerca da vinda de um elemento do M.F.A., no dia 29/6, para fazer um colóquio acerca da descolonização.

As razões que nos levam a tomar esta posição tencionamos divulgá-las num comunicado que sairá no próprio dia.

O C.E.A.-C. apela a todos os anti-colonialistas e anti-imperialistas para participarem activamente nestas comemorações e apela ainda para que todos participem numa maneira crítica quer nos colóquios, nos filmes ou na exposição para que possíveis erros sejam corrigidos no futuro.

MORTE AO COLONIALISMO!

MORTE AO IMPERIALISMO!

VIVA A JUSTA LUTA DOS POVOS OPRIMIDOS DE TODO O MUNDO!

25 de Junho:

- à tarde- abertura da exposição fotográfica e artística no Gil Vicente; passagem do filme "A Luta Continua" no Gil Vicente.

- à noite- (no jardim da A.A.C.) Sessão político-cultural com a participação da Casa de Angola, Casa dos Estudantes das Colónias (Coimbra), Casa dos Timores (FRETILIN) e Coral dos Estudantes de Letras (CELUC).

28 de Junho:

- à tarde- encontro de futebol entre a Secção de Futebol da A.A.C. e uma equipa de jogadores profissionais das colónias (este desafio destina-se à recolha de fundos para os Movimentos de Libertação).

29 de Junho:

- à tarde ou à noite- passagem do filme "Proclamação da Independência Da Guiné-Bissau" no Gil Vicente.

- à noite- (no Gil Vicente) Colóquio com um elemento do M.F.A sobre descolonização.

5 de Julho:

- à noite- (em local a determinar) Colóquio sobre Cabo Verde, em que participarão o G.A.D.C.G. (Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné) e a A.A.P.-G.B. (Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau).

9 de Julho:

- durante todo o dia- recolha de fundos para o M.P.L.A.

- à noite- Colóquio, na I.N.A. T.E.L. (ex-F.N.A.T.), com a participação da Casa de Angola e Casa dos Estudantes das Colónias.

(continua na página 2)

A FRELIMO E A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL.

(continuação da página 3)

No tipo de organização feudal-esclavagista-capitalista não existia unidade política, mas havia uma pluralidade de cidade-estados independentes. Estas cidade-estados eram dominadas por uma classe de comerciantes abastados que dominavam os agricultores e artesãos.

II - CHEGADA DOS PORTUGUESES A MOÇAMBIQUE.

Como consequência do plano das Índias, no reinado de João II, estabelecem-se os primeiros contactos dos portugueses com Moçambique. Embora esta costa funcionasse como rota de passagem em 1550, eram aí já numerosas as fortalezas e feitorias portuguesas, ao tempo que se começavam também a apoderar do comércio.

Com a ruína do Império das Índias, Portugal volta-se para Moçambique e a dominar não só o comércio do ouro, mas também a sua extracção mineira. Para isso organiza expedições militares para o interior nos séc.s XVI e XVII, faz a ocupação efectiva do território, pelo arrendamento das terras expropriadas aos nativos a cultivadores portugueses e goeses, que exploravam a força de trabalho de escravos indígenas.

Em meados do séc. XVII, ao mesmo tempo que a exploração do ouro e prata em Moçambique se malograva, crescia a importância da colónia do Brasil. O comércio de escravos, principalmente para aquela colónia, torna-se agora o principal ponto de riqueza.

A resistência dos africanos foi, no entanto, bastante grande o que contribuiu para o malogro das experiências de colonização militar e agrícola, o que, aliado à descoberta de ouro e diamantes no Brasil, implicou a ruína económica de Moçambique.

Entre o último quartel do século XVII e meados do século XIX, num período de grande instabilidade da colónia, os povos africanos, esgotadas todas as suas formas de luta, recorrem à revolta armada, que alastrou rapidamente. Paralelamente, e devido à revolução burguesa em França e às guer-

PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES

(continuação da página 1)

12 de Julho:

- À tarde- Sessão político-cultural no Gil Vicente, com a participação de elementos do M.L.S., T.P., da Associação Portugal-Moçambique, Casa dos Timores, T.E.U.C. (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra) e TUNA

No final e se houver número suficiente de pessoas, haverá uma manifestação de apoio aos Movimentos de Libertação. (Nesta manifestação não se podem levar bandeiras de partidos portugueses e as palavras de ordem serão as dos M.s de L.).

ras que se seguiram, Moçambique (e outras colónias portuguesas) torna-se campo aberto às incursões estrangeiras. O apoio inglês acentua-se, não só na metrópole como nas colónias, pois a Inglaterra visava ganhar posições em relação aos seus adversários imperialistas (França, Alemanha, Rússia).

Por esta altura assiste-se ao desenvolvimento do capitalismo e as correntes liberais ganham importância. Assim, em 1842 o liberal Sá da Bandeira publica a lei da abolição da escravatura. É a "racionalização" das relações internas do colonialismo, para manter o sistema e melhor defender os interesses da classe dominante.

III - FORMAÇÃO DA FRELIMO

A 25 de Junho de 1962, reuniam-se, no interior de Moçambique, 3 agrupamentos políticos que actuavam contra o colonialismo português em países limítrofes: a UDE-NAMO (União Democrática Nacional de Moçambique, fundada em 1960 em Salisbury, Rodésia), a MANU (União Nacional Africana de Moçambique, surgida em 1961 na Tanzânia) e a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente, surgida, também em 1961, no Malawi). A estas organizações juntaram-se moçambicanos que se encontravam na própria colónia e com o esforço dos elementos mais conscientes assiste-se à unificação das três organizações políticas que dão origem à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Como líder foi escolhido o dr. Eduardo Mondlane.

As três organizações que depois (continua na página 4)

A FRELIMO e a luta pela independência nacional!

O POVO MOÇAMBICANO QUER VIVER EM PAZ. O NOSSO POVO QUER GOVERNAR-SE A SI MESMO, ESCOLHENDO ELE PRÓPRIO OS SEUS DIRIGENTES, QUER ELEVAR O SEU NÍVEL DE VIDA E CONSTRUIR ELE PRÓPRIO A SUA ECONOMIA. O NOSSO POVO QUER A IGUALDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÓMICAS, QUER SEGUIR E DESENVOLVER A SUA CULTURA. O NOSSO POVO QUER VIVER NUM MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE, PRÓSPERO, EVOLUÍDO, DEMOCRÁTICO.

(do programa da frelimo)

Comemora-se hoje, 25 de Junho, o dia da independência de Moçambique, celebrando-se ao mesmo tempo o 13º aniversário da fundação da FRELIMO. Dia inesquecível em que o povo moçambicano, após uma longa luta armada que teve a duração de 10 anos, toma nas suas mãos os destinos do seu país.

Com efeito e contrariamente ao que muitas vezes se pretende fazer crer, a independência não surge como uma dádiva, como resultado da boa vontade da democracia burguesa em Portugal, instaurada com o 25 de Abril, mas ela tem como fundamento a utilização e a experiência mais de 10 anos de violência revolucionária, de sacrifícios e privações. Não são as vias eleitorais nem os referendos que levam ao que só a violência revolucionária organizada produz: a liberdade política, económica, social, e cultural de um Povo em toda a sua dimensão da classe trabalhadora. Como diz S. Machel "a independência não é negociável, nem uma dádiva; a independência conquista-se na luta".

É na compreensão de todo o movimento de resistência de um povo primeiro através de formas passivas e depois, com o aparecimento da FRELIMO, pelo levantamento da luta armada resultante da compreensão da necessidade da violência e da unidade política e ideológica como única forma para esmagar o inimigo, que elaboramos este texto fazendo-o no sentido da divulgação de toda a luta do povo moçambicano, que já vem de há séculos.

A par das relações de exploração que se vão modificando, agudizam-se ao mesmo tempo as contradições que levam ao desenvolvimento

e a formas superiores de luta.

I - ESTRUTURA SOCIAL ANTES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA.

Antes da chegada dos portugueses a estrutura política em Moçambique assentava em três tipos de organização: tribal-feudal; feudal-esclavagista-capitalista; e grupos dispersos vivendo em regime tribal.

A 1ª estava organizada em reinos. O rei era o grande senhor tendo sob a sua autoridade outros reis ou chefes de tribos, que por sua vez detinham poderes de ordem política, religiosa e judicial. Dividia-se assim a sociedade em duas classes principais: o povo e a nobreza.

Nas regiões onde predominava este tipo de estrutura, a divisão do trabalho assentava, por um lado, na existência de um povo de mineiros e trabalhadores de metais e, por outro, na existência de um grande número de agricultores. Este facto levou a que se tenham criado diferenças sociais entre eles. Assim, enquanto os agricultores viviam além dos limites da cidade, em palhotas e mantendo na sua vida social as tradições tribais, na cidade viviam os ricos e os poderosos e ao mesmo tempo os funcionários do rei e os artesãos que trabalhavam o ouro, o ferro e o cobre, que pertenciam ao senhor máximo dos comerciantes e que faziam a troca dos produtos locais com os mercadores árabes e portugueses, ambos vindos da costa.

As relações que presidiam à produção conservavam a sua natureza tribal, mas as relações que presidiam à apropriação do excedente de trabalho, assim como as relações políticas, podiam já considerar-se do tipo feudal.

(continua na página 2)

(continuação da página 2)

se vieram a reunir para constituir a FRELIMO, revelavam as mesmas fraquezas e que eram devidas a origens e tradições semelhantes.

O facto de essas organizações viverem desde há muito no exterior de terminava uma falta de conhecimento das condições reais existentes no interior do país, para além de fortemente influenciadas pelo modelo de organização, quer de estruturas, quer na concepção de trabalho seguida pela NDP da Rodésia, pelo Partido do Congresso do Malawi ou do TANU.

Através de uma falsa interpretação da natureza política e económica do colonialismo português, a acção das organizações tornava-se dispersa, ineficaz e circunscrita ao pacifismo das actividades legalistas. Greves como a de 1956 no porto de Lourenço Marques, o levantamento de Mueda em que se assiste ao massacre de 600 moçambicanos, a luta dos mineiros em Tete, além da exportação de mão-de-obra para a Rodésia e para as minas da África do Sul, onde morriam anualmente 2500 negros por "acidentes de trabalho", mostram toda a violência do aparelho repressivo colonial sobre o povo africano. Por isso, em 1962, sob o peso da exploração e tendo à vista o exemplo do povo angolano, que sob a direcção do M.P.L.A. se havia levantado em armas contra o colonialismo e da compreensão dos militantes de que só pondo em comum todas as suas capacidades e esforços a fim de construirem um instrumento de luta capaz de derrubar a dominação colonial, que nasce a FRELIMO.

Com o nascimento da FRELIMO a luta contra o colonialismo tomou um carácter bem diferente. Pedindo auxílio a todos os países amigos, ao mesmo tempo que prepara o começo da luta armada, organizava o povo, mostrando-lhe qual a natureza da exploração de que era vítima, donde e porquê ela surgia e ainda como combatê-la. Após esta preparação prévia que levava o povo a unir-se em volta da FRELIMO, rebentou abertamente em 25 de Setembro de 1964 a guerrilha em Moçambique. Os soldados da FRELIMO atacaram quartéis, postos militares, patrulhas, carros militares, aviões da F.A.P., etc.

Como estes ataques fossem cada vez maiores e os danos materiais e baixas (de referir que em 8 meses de luta foram mortos 700 soldados portugueses) começavam a ser assustadoras para o governo colonial-fascista. Por isso, os portugueses tentaram, com êxito, infiltrar nas hostes da FRELIMO agentes de PIDE com o fim de assassinar o então dirigente Eduardo Mondlane, objectivo criminoso que alcançaram em 3 de Fevereiro de 1969.

Que pretendiam os colonialistas portugueses ao assassinar Mondlane?

Não pretendiam mais que aproveitar-se da presença de elementos in accinários no seio da FRELIMO, para fomentarem uma nova crise no seu interior como aquela que tinha havido em 1967, motivada pelas posições reacccionárias de Lázaro Nkavandame expressas no racismo, tribalismo, regionalismo e elitismo desse traidor que mais não propunha que a mudança de cor dos exploradores.

A crise anterior, que se tinha manifestado por alturas de 1966-67, foi parcialmente debelada com o II Congresso da FRELIMO, em 1968. As posições reacccionárias eram defendidas por L. Nkavandame e Uriá Simango e conduziriam, caso tivessem vencido, ao neo-colonialismo.

Nkavandame viria, mais tarde, a trair e a colaborar com os portugueses.

Depois do assassinato de Mondlane a direcção da FRELIMO foi confiada a um triunvirato: Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uriá Simango. Este também traiu e formou um grupo fantoche (a Coremo) e participou activamente não só no assassinato de Mondlane como, há pouco tempo, em Setembro de 1974, nos levantamentos reacccionários que culminaram com a ocupação do Rádio Club de Moçambique. Depois disto foi submetido a um julgamento popular e neste momento está na produção.

Com a traição de Simango, Machel assumiu a presidência e M. dos Santos a vice-presidência da FRELIMO.

Pois, o que queriam os colonialistas portugueses era acabar com

(continua na página 6)

A FRELIMO e a luta pela independência nacional!

O POVO MOÇAMBICANO QUER VIVER EM PAZ. O NOSSO POVO QUER GOVERNAR-SE A SI MESMO, ESCOLHENDO ELE PRÓPRIO OS SEUS DIRIGENTES, QUER ELEVAR O SEU NÍVEL DE VIDA E CONSTRUIR ELE PRÓPRIO A SUA ECONOMIA. O NOSSO POVO QUER A IGUALDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÓMICAS, QUER SEGUIR E DESENVOLVER A SUA CULTURA. O NOSSO POVO QUER VIVER NUM MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE, PRÓSPERO, EVOLUÍDO, DEMOCRÁTICO.

(do programa da frelimo)

Comemora-se hoje, 25 de Junho, o dia da independência de Moçambique, celebrando-se ao mesmo tempo o 13º aniversário da fundação da FRELIMO. Dia inesquecível em que o povo moçambicano, após uma longa luta armada que teve a duração de 10 anos, toma nas suas mãos os destinos do seu país.

Com efeito e contrariamente ao que muitas vezes se pretende fazer crer, a independência não surge como uma dádiva, como resultado da boa vontade da democracia burguesa em Portugal, instaurada com o 25 de Abril, mas ela tem como fundamento a utilização e a experiência mais de 10 anos de violência revolucionária, de sacrifícios e privações. Não são as vias eleitorais nem os referendos que levam ao que só a violência revolucionária organizada produz: a liberdade política, económica, social, e cultural de um Povo em toda a sua dimensão da classe trabalhadora. Como diz S. Machel "a independência não é negociável, nem uma dádiva; a independência conquista-se na luta".

É na compreensão de todo o movimento de resistência de um povo primeiro através de formas passivas e depois, com o aparecimento da FRELIMO, pelo levantamento da luta armada resultante da compreensão da necessidade da violência e da unidade política e ideológica, como única forma para esmagar o inimigo, que elaboramos este texto fazendo-o no sentido da divulgação de toda a luta do povo moçambicano, que já vem de há séculos.

A par das relações de exploração que se vão modificando, agudizam-se ao mesmo tempo as contradições que levam ao desenvolvimento

e a formas superiores de luta.

I - ESTRUTURA SOCIAL ANTES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA.

Antes da chegada dos portugueses a estrutura política em Moçambique assentava em três tipos de organização: tribal-feudal; feudal-esclavagista-capitalista; e grupos dispersos vivendo em regime tribal.

A 1ª estava organizada em reinos. O rei era o grande senhor tendo sob a sua autoridade outros reis ou chefes de tribos, que por sua vez detinham poderes de ordem política, religiosa e judicial. Dividia-se assim a sociedade em duas classes principais: o povo e a nobreza.

Nas regiões onde predominava este tipo de estrutura, a divisão do trabalho assentava, por um lado, na existência de um povo de mineiros e trabalhadores de metais e, por outro, na existência de um grande número de agricultores. Este facto levou a que se tenham criado diferenças sociais entre eles. Assim, enquanto os agricultores viviam além dos limites da cidade, em palhotas e mantendo na sua vida social as tradições tribais, na cidade viviam os ricos e os poderosos e ao mesmo tempo os funcionários do rei e os artesãos que trabalhavam o ouro, o ferro e o cobre, que pertenciam ao senhor máximo dos comerciantes e que faziam a troca dos produtos locais com os mercadores árabes e portugueses, ambos vindos da costa.

As relações que presidiam à produção conservavam a sua natureza tribal, mas as relações que presidiam à apropriação do excedente de trabalho, assim como as relações políticas, podiam já considerar-se do tipo feudal.

(continua na página 2)

A FRELIMO E A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

(continuação da página 2)

se vieram a reunir para constituir a FRELIMO, revelavam as mesmas fraquezas e que eram devidas a origens e tradições semelhantes.

O facto de essas organizações vi verem desde há muito no exterior de terminava uma falta de conhecimento das condições reais existentes no interior do país, para além de fortemente influenciadas pelo modelo de organização, quer de estruturas, quer na concepção de trabalho seguida pela NDP da Rodésia, pelo Partido do Congresso do Malawi ou do TANU.

Através de uma falsa intrepertação da natureza política e económica do colonialismo português, a ac tuação das organizações tornava-se dispersa, ineficaz e circunscrita ao pacifismo das actividades legalistas. Greves como a de 1956 no porto de Lourenço Marques, o levantamento de Mueda em que se assiste ao massacre de 600 moçambicanos, a luta dos mineiros em Tete, além da exportação de mão-de-obra para a Rodésia e para as minas da África do Sul, onde morrem anualmente 2500 negros por "acidentes de trabalho", mostram toda a violência do aparelho repressivo colonial sobre o povo africano. Por isso, em 1962, sob o peso da exploração e tendo à vista o exemplo do povo angolano, que sob a direcção do M.P.L.A. se havia levantado em armas contra o colonialismo e da compreensão dos militantes de que só pondo em comum todas as suas capacidades e esforços a fim de construirem um instrumento de luta capaz de derrubar a dominação colonial, que nasce a FRELIMO.

Com o nascimento da FRELIMO a luta contra o colonialismo tomou um carácter bem diferente. Pedindo auxílio a todos os países amigos, ao mesmo tempo que prepara o começo da luta armada, organizava o povo, mostrando-lhe qual a natureza da exploração de que era vítima, donde e porquê ela surgia e ainda como combatê-la. Após esta preparação prévia que levava o povo a unir-se em volta da FRELIMO, rebentou abertamente em 25 de Setembro de 1964 a guerrilha em Moçambique. Os soldados da FRELIMO atacaram quartéis, postos militares, patrulhas, carros militares, aviões da F.A.P., etc.

Como estes ataques fossem cada vez maiores e os danos materiais e baixas (de referir que em 8 meses de luta foram mortos 700 soldados portugueses) começavam a ser assustadoras para o governo colonial-fascista. Por isso, os portugueses tentaram, com êxito, infiltrar nas hostes da FRELIMO agentes de PIDE com o fim de assassinar o então dirigente Eduardo Mondlane, objectivo criminoso que alcançaram em 3 de Fevereiro de 1969.

Que pretendiam os colonialistas portugueses ao assassinar Mondlane?

Não pretendiam mais que aproveitar-se da presença de elementos inaccinários no seio da FRELIMO, para fomentarem uma nova crise no seu interior como aquela que tinha havido em 1967, motivada pelas posições reacccionárias de Lázaro Nkavandame expressas no racismo, tribalismo, regionalismo e elitismo desse traidor que mais não propunha que a mudança de cor dos exploradores.

A crise anterior, que se tinha manifestado por alturas de 1966-67, foi parcialmente debelada com o II Congresso da FRELIMO, em 1968. As posições reacccionárias eram defendidas por L. Nkavandame e Uria Simango e conduziram, caso tivessem vencido, ao neo-colonialismo.

Nkavandame viria, mais tarde, a trair e a colaborar com os portugueses.

Depois do assassinato de Mondlane a direcção da FRELIMO foi confiada a um triunvirato: Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango. Este também traiu e formou um grupo fantoche (a Coremo) e participou activamente não só no assassinato de Mondlane como, há pouco tempo, em Setembro de 1974, nos levantamentos reacccionários que culminaram com a ocupação do Rádio Club de Moçambique. Depois disto foi submetido a um julgamento popular e neste momento está na produção.

Com a traição de Simango, Machel assumiu a presidência e M. dos Santos a vice-presidência da FRELIMO.

Pois, o que queriam os colonialistas portugueses era acabar com

(continua na página 6)

O PAPEL DA MEDICINA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

O PESSOAL HOSPITALAR ESTÁ EM CONTACTO PERMANENTE COM OS SOFRIMENTOS DO HOMEM, CAUSADOS PELA EXPLORAÇÃO, CAUSADOS PELA IGNORÂNCIA. ESTA LIGAÇÃO COM O SOFRIMENTO HUMANO DEVE SERVIR PARA AGUÇAR A CONSCIÊNCIA POLITICA, PARA AUMENTAR OS CONHECIMENTOS DO PESSOAL MEDICO, PARA REFORÇAR A SUA DETERMINAÇÃO EM COMBATER O INIMIGO, EM COMBATER A DOENÇA, EM COMBATER A IGNORÂNCIA. O PESSOAL MEDICO REPRESENTA NO HOSPITAL A NOSSA LINHA POLITICA DE SERVIR AS MASSAS.

(samora machel, novembro de 71)

A Medicina e o seu exercício, tal como qualquer outra actividade, não se encontra fora ou acima da luta de classes. A Medicina e os Serviços de Saúde fazem parte de todo um sistema que está ao serviço de uma das duas classes antagónicas: a burguesia, na sociedade capitalista, ou o operariado e o campesinato, no sistema socialista.

A primeira vista poder-se-á pensar que pelo facto de num estado capitalista um enfermeiro dar uma injeção com material idêntico ao do enfermeiro de um estado socialista, que a Medicina é apolítica. No entanto, o que preside ao seu exercício num ou no outro sistema demonstram que os Serviços de Saúde e a própria Medicina em si não são neutros.

A Medicina é, aliás, um dos campos que merece especial atenção por parte daqueles que estão empenhados na Revolução.

I - O QUE É A MEDICINA NUM SISTEMA CAPITALISTA E NO COLONIALISMO.

Num estado capitalista o panorama da Assistência Médica é caracterizado, essencialmente, por uma grande concentração de médicos e de estruturas hospitalares nos grandes urbanos e pelo abandono da "provincia".

Basta apontar aqui o exemplo de Portugal, que possuindo menos de metade dos médicos necessários, tem cidades cuja relação médico-habitantes, sugerida pela Organização

Mundial da Saúde, ultrapassa o dobro do necessário (caso de Coimbra).

Nas cidades de província os hospitais sub-regionais, quando existem, dispensam uma assistência sem enfermagem nem especialistas adequadas. No próprio campo a assistência médica é nula. Quando não se morre sem se ter visto o médico uma única vez na vida, as populações têm de se deslocar à cidade mais próxima e daí, por falta de material ou de médico especializado, aos grandes centros.

Aí, porque o exercício da Medicina se encontra dividido em Serviços de Medicina oficial e Medicina de carácter particular; ao lado dos hospitais oficiais vamos encontrar as Casas de Saúde, Policlínicas, Centros de Enfermagem ou Consultórios médicos particulares,

Repelindo, na medida dos seus preços exorbitantes, os doentes não rentáveis economicamente, a medicina particular, porque dotada de materiais superiores e podendo pagar ao pessoal médico e de enfermagem o dobro do que pagam os hospitais oficiais, a maior parte das vezes sem as condições necessárias para proporcionarem o bom exercício de assistência, entram em competição com o estado, impondo ao mesmo tempo as limitações materiais que a sua finalidade lucrativa exige.

Os Serviços de Saúde (quer oficiais, quer particulares) deixam assim de ser centros de tratamento, prevenção e combate às doenças, para se tornarem unicamente em centros

(continua na página 10)

(continuação da página 4)

a unidade que existia entre os militantes da FRELIMO e o POVO. Pois sabiam que enquanto o povo estivesse unido à sua vanguarda, a FRELIMO, não poderiam vencer e os seus dias como exploradores estavam contados. O que os colonialistas não sabiam é que Mondlane tinha imprimido à luta um carácter popular, isto é, um carácter verdadeiramente revolucionário com um único objectivo: servir os interesses do Povo Moçambicano.

Esse golpe foi um puro fracasso, pois em vez de a luta pela independência nacional ter sido abandonada ou abortada, antes pelo contrário ela ganhou novos incrementos e avançou muito mais.

Foi com Samora Machel que se deu um passo decisivo para o avanço político, ideológico e militar da Frente de Libertação, assumindo o movimento revolucionário uma forma com uma inequívoca linha de massas.

"Apoiando-nos nas massas, aprendendo a guerra na guerra, contando com as nossas próprias forças, saberemos ganhar a batalha da educação". A estas palavras do grande revolucionário que é S. Machel poderemos acrescentar estas: "Trata-se para nós de organizar as vastas massas, libertar a sua energia criadora, para progressivamente transformar o nosso potencial humano em força que esmague o inimigo."

Foi também Samora Machel que em 1973 pela 1ª vez fala em Partido. Até lá só se falava em FRELIMO ou Organização. O uso do termo Partido é indício claro do avanço da luta de classes no seio da Frente. Ou segundo as suas palavras "podemos dizer que uma vez destruída a presença física do colonialismo, um novo conflito mais decisivo surge. A luta de classes no plano internacional, entre o nosso povo e o inimigo colonialista e imperialista, sucede-se, no plano interno, a luta de classes contra as forças nacionais com vocação exploradora."

Foi apoiado teórico e ideológico apontado por Marx e Lenin e na leitura atenta de Mao Tsé-Tung, que este dirigente do povo moçambicano, conseguiu a apropriação da "ideologia científica das massas exploradas" e a aplicação criadora do marxismo-leninismo à realidade moçambicana. É ele mesmo quem o afirma:

"Iíamos Marx, iíamos as suas obras Mas Marx ainda não podia prever o imperialismo inteiramente. E nós fomos encontrá-lo teorizado em Lenin que fala também na luta armada, na violência como parteira da nova sociedade, a luta armada começa aí a ser correctamente definida. No entanto, Lenin considera que a luta armada deve ser iniciada nas cidades - o que está correcto para as condições da Rússia no seu tempo. Iamos depois para Mao Tsé-Tung e estudávamos o que era a guerra de guerrilha e repetíamos: a guerra é a forma suprema da política, é a continuação da política, nós temos que usar a luta armada quando a política não consegue vencer por si só vencer certos obstáculos." E mais adiante: "Inserido nas condições da China, Mao Tsé-Tung concluiu que a luta armada tem que começar pelo campo, por que as condições da China são específicas e diferentes, por exemplo, das da Europa. Na Europa há um proletariado. Na China predomina o campesinato. Então como aplicar a teoria de Lenin na China? Era impossível: foi o nosso caso".

III - A LUTA DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Certas camadas da burguesia portuguesa começaram a compreender a impossibilidade de se opor ao movimento revolucionário do povo moçambicano. A luta de libertação, que no período de 1964-68 esteve centrada no norte nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, avança para o sul e em 1972 alastrou à província de Manica e Sofala e em 1 de Julho de 1974 a luta armada é desencadeada na província da Zambézia.

Costa Gomes que visitou Moçambique nos princípios de 1974 apresentou a Marcelo Caetano um relatório onde se via claramente que a derrota das tropas portuguesas era inevitável. Um grupo de oficiais enviou um ultimatum para a metrópole: ou se enviavam reforços para Moçambique, ou aqueles oficiais não se responsabilizavam pela evolução da situação naquele "território". Em resposta M. Caetano enviou à pressa dez mil soldados.

A conjugação da luta dos povos das colónias com a luta do povo português, que cada vez mais se intensificava, levou em Portugal ao

(continua na página 8)

A MULHER MOÇAMBICANA E A REVOLUÇÃO

I - O SISTEMA ECONÓMICO COMO BASE DA EXPLORAÇÃO

O colonialismo não tem por objectivo chicotear ou prender. Interesse-lhe sobretudo explorar as riquezas, explorar o trabalho do Povo Moçambicano e para o conseguir, para asfixiar a resistência dos colonizados ele tem que necessariamente introduzir o sistema de opressão. A opressão física, com os tribunais, a polícia, os massacres, surge a par com a opressão moral, com o obscurantismo, a superstição, a ignorância. Surge a humilhação e o racismo.

A partir do momento em que surgiu na face da terra a apropriação por uma minoria, do fruto do trabalho da maioria, a mulher, tal como o homem, foi submetida à dominação das camadas privilegiadas. No entanto, a mulher enquanto produtora tem qualidades particulares. Na sociedade de economia agrária, por exemplo, o marido que é amo e senhor, se casar com muitas mulheres, terá trabalhadores gratuitos, que lhe permita acumular grandes riquezas. Daí a importância da poligamia nas zonas rurais de economia agrária primitiva. No entanto a sociedade compreende que a mulher é fonte de riqueza e exige por isso que um preço seja pago. Assim os pais requerem do futuro genro o pagamento de um preço, "lobolo", para cederem a filha.

Comparada ao escravo, a mulher oferece duas outras vantagens: é uma fonte de prazer, e é produtora de outros trabalhadores, produtoras de novas fontes de riqueza.

Este último ponto é importante pois o marido poderá repudiar a mulher quando esta for estéril, e exigir a devolução do lobolo. Tendo consciência do valor da força de trabalho, a sociedade estabelece que os filhos pertençam ao clã materno, à família da mãe. Na sociedade moçambicana é também corrente os filhos pertencerem à família da mãe sobretudo enquanto o marido não paga a totalidade do lobolo."

É este contexto que produz a sobrevalorização da fertilidade da mulher, a relação homem/mulher em mero acto de procriação.

Na sociedade, o explorador acumula grandes riquezas mas, como todo o mortal ele morrerá um dia.

Coloca-se então a questão da herança. Surge então a mulher como a produtora dos herdeiros.

Compreende-se assim que o ponto de partida da exploração da mulher se encontra no sistema de propriedade privada dos meios de produção.

II - IDEOLOGIA, CULTURA E EDUCAÇÃO

A sociedade para manter a propriedade privada dos meios de produção, cria e impõe a sua ideologia e a sua cultura que defenda os seus valores. A exploração económica da mulher, a sua transformação em produtor sem direitos, ao serviço do proprietário, exigem um sistema de educação que lhes permita a transmissão de uma ideologia e de uma cultura adequadas.

O obscurantismo, a passividade mínimo de educação necessária, o analfabetismo são frequentes nas mulheres. Tal como numa sociedade capitalista a ciência é monopólio dos homens. A mulher é separada da ciência para se evitar que ela saiba que a sociedade é criada em função de certos valores e que é possível mudar a sociedade. É preciso manter a mulher como terreno fértil para as superstições, as religiões, os conceitos da sociedade sobre a inferioridade da mulher.

A própria educação familiar serve de transmissor destes valores. Desde criança a rapariga é educada diferente do rapaz e é-lhe inculcada um sentimento de inferioridade.

Nada disto admira pois a sociedade exploradora impõe a ideologia, a cultura e a educação que servem os seus interesses. É assim surge o racismo. O colonizado é definido como ser humano de segunda categoria em virtude da cor. A mulher por causa do sexo, passa a ser humano inferior.

Este processo atinge o grau mais alto quando o colonizado se afunda completamente no pântano, quando imagina não haver possibilidade de alguma de se salvar. A mulher em virtude de séculos de dominação, torna-se ela própria defensora da teoria da passividade e da resignação.

III - A NATUREZA DA CONTRADIÇÃO ANTAGÓNICA

A contradição antagónica em
(cont. pag. 9)

A FRELIMO E A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

(continuação da página 6)

derrube do sistema fascista e à instauração de um regime de democracia burguesa, que se propunha levar a cabo o fim da guerra.

Os militares, representantes das camadas da burguesia, adivinhando a derrota vergonhosa, viam na mudança do regime o único meio de acabar com a guerra. No entanto, para a burguesia o fim da guerra não significava a independência para as colónias. Era apenas uma solução política, que levasse, agora sob formas neo-coloniais, à continuação da dominação portuguesa.

Por isso, ao mesmo tempo que se fomentava a criação de grupos fan tochas e os spinolistas exigiam um referendo, se apelava para que a FRELIMO baixasse as armas e se constituísse em "partido legal" sob a bandeira portuguesa. As primeiras conversações de Lusaka foram mais para confundir e desmobilizar a opinião pública mundial.

No entanto, o povo moçambicano, dirigido pela FRELIMO, manteve uma posição firme: a paz era inseparável da independência nacional. O Povo pegou em armas para se opor à dominação colonial e só como reconhecimento da independência da FRELIMO como único representante do Povo Moçambicano se poderia pensar no cessar-fogo.

Apesar disto as forças portuguesas continuaram a ser enviadas depois do 25 de Abril. O último reforço chegou em fins de Junho, com preendendo 30 aviões de combate e mais pilotos, assim como um grande número de comandos especializados em atrocidades e o gen. Spínola exortava os soldados a "cumprir a notável tarefa de defender a unidade do país".

As actividades militares não pararam, pelo contrário intensificaram-se em várias províncias entre as quais Cabo Delgado, Niassa, Tete, etc.

Em resposta, a FRELIMO conduziu o povo numa nova ofensiva, abrindo, até, uma nova frente de luta na província da Zambézia. Pela força das armas do povo moçambicano conjugada com todo o movimento de solidariedade do povo português, as autoridades viram-se obrigadas a reconhecer o direito à independência, que teve a sua concretização nas últimas conversações em Lusaka. (Ver acordo de Lusaka).

A FRELIMO, que na sua prática, ao longo dos anos compreendeu que é impossível separar a libertação social da transformação radical das estruturas sócio-económicas, conduzir o povo no aprofundamento do conteúdo e objectivos do combate, transformando, assim, a luta de Libertação numa Revolução Popular.

Hoje, dia 25 de Junho, dia da proclamação da independência termina vitoriosamente a primeira fase da luta. No entanto, a luta continua, é a luta pela consolidação do Poder Popular, a luta pela criação de uma mentalidade nova, do Homem Novo, que criará a Sociedade Nova.

VIVA A FRELIMO!

VIVA O 25 DE JUNHO E A INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE!

VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE!

A LUTA CONTINUA!

O PAPEL DA MEDICINA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

(continuação da página 10)

física e o seu tratamento o permitem, os doentes dedicam-se a trabalhos produtivos, seguem cursos e recebem uma formação sanitária que lhes permite tornarem-se agentes de higiene, quando voltam ao seu meio. Integrando o doente no processo de reconstrução, elimina-se, ao mesmo tempo, o efeito negativo e deprimente da passividade que constitui a atitude tradicional do doente".

III - O HOSPITAL DA FRELIMO

"Um hospital da FRELIMO é um centro em que se concretiza a nossa linha política de servir as massas, é um centro em que se materializa o nosso princípio de que a Revolução liberta o Povo".

Só deste modo se pode compreender que o hospital seja uma linha da frente. O pessoal médico e de enfermagem, além do cumprimento das suas tarefas específicas, são também instrutores da vida, professores (continua na página 9)

A MULHER MOÇAMBICANA E A REVOLUÇÃO

(cont. pag.7)

que assenta a dominação da mulher não é entre o homem ea mulher. O fundamento da opressão da mulher está na base económica e por isso o antagonismo é entre a mulher e a propriedade privada dos meios de produção é o mesmo que opõe as massas trabalhadoras à ordem social exploradora.

O fim da exclusão da mulher da esfera de decisão da sociedade só pode acabar quando o velho sistema cair e se reconstruirmos os alicerces da sociedade nova. Como criação de novos valores, novos métodos e novo conteúdo de educação e cultura, a mulher tem uma palavra a dizer.

No entanto, há contradições secundárias, como a pretensão superioridade do marido em relação à mulher, que a não serem resolvidas correctamente podem agudizar-se e acabar na separação. Mas a contradição principal não se altera, e só homens e mulheres juntos poderão levar até ao fim a luta.

A MULHER LIBERTA-SE NA REVOLUÇÃO

Surgem muitas vezes ideias erradas acerca da emancipação da mulher como por exemplo aquelas que pretendem uma igualdade mecânica entre os sexos. A mulher seria livre se fizesse a mesma coisa que o homem. Nos países capitalistas surgem teorias em que a mulher emancipada é aquela que bebe, fuma, que usa calças e minissaia, que se dedica à promiscuidade sexual, que se recusa a ter filhos etc.

Outros há que identificam a emancipação com a posse de um diploma universitário.

Todas estas teorias são produto da sociedade na sua fase decadente e to das elas impedem a participação da mulher na Revolução.

A emancipação surge no decurso da revolução não como resultado duma posição humanitária, mas como uma necessidade da Revolução. Esta tem como fim a destruição do sistema de exploração e a construção de um novo sistema que permita a libertação das potencialidades do ser humano. É no contexto desta transformação que se coloca a questão da emancipação da mulher.

Duma maneira geral, no seio da sociedade, a mulher é o ser mais oprimido, mais explorado, mais humilhado. Ela é duplamente oprimida, não só pelo colono, por aquele que lhe arranca o fruto do seu trabalho, mas também pelo explorado, pelo homem esmagado pela bota do patrão.

Se o povo moçambicano se levantou e pegou em armas para varrer da sua terra o colonialismo e acabar com qualquer forma de exploração, co-

mo poderá triunfar a Revolução sem libertar a mulher? como poderá triunfar a Revolução sem a mobilização de todos os explorados, sem a mobilização da mulher que é mais de metade do povo?

A Revolução para triunfar terá obrigatoriamente que emancipar a mulher.

Para assegurar a continuidade da Revolução é necessário que ela seja prosseguida pelas novas gerações. Aqui o papel da mãe, como primeira educadora é fundamental. Se ela se encontra à margem da transformação revolucionária, nunca poderá fazer do lar uma célula de combate.

Diz-se muitas vezes que a mulher é indiferente à sua própria libertação. Isto é profundamente errado. As mulheres sentem a dominação, sentem a necessidade de transformar a sua situação. O que falta é uma orientação para a sua luta. É aqui que surge a Prelimo como vanguarda consciente das mulheres e homens de Moçambique, que aponta a linha e indica os métodos de combate.

Durante a luta de libertação surgiram ideias erradas acerca do momento de desencadear a batalha da emancipação. Uns diziam que as mulheres instruídas eram poucas, que estavam apegadas às tradições, que havia poucas escolas, etc. Diziam ser preciso aguardar a independência, a construção duma base económica, social e educacional sólida. Havia outros que diziam que era necessário respeitar certas particularidades tradicionais locais, que ainda não se podiam combater, senão perdia-se o apoio de massas. Isto é errado. A Revolução não é feita para modificar certos aspectos, abandonando os outros. Não se pode deixar ganhar terreno às ideias reaccionárias, senão corremos o risco de não as podermos combater, pois já estão muito fortes.

A luta armada criou as condições para que as massas estivessem receptivas às ideias do progresso e da Revolução. Assim que surge o destacamento militar feminino em 1967 e com ele a primeira vanguarda organizada das mulheres moçambicanas.

É esta ligação indissolúvel entre a revolução e a libertação da mulher que nos permite ver os sucessos e os falhanços das experiências surgidas.

Em 1966 criou-se a LIFEMO (Liga Feminina de Moçambique). Ne-la participaram praticamente elo-

(cont. pag. 12)

(continuação da página 5)

tros de exploração onde o roubo legalizado se manifesta da maneira mais escandalosa. O doente é tratado não em função das suas necessidades, mas em função das suas influências e do capital.

Para o rico são os melhores quartos, os melhores médicos, as operações para quem as pode pagar. Os medicamentos, cujos elevadíssimos preços são estabelecidos legalmente em atenção dos interesses dos capitalistas produtores, são vedados, desta forma, à maioria da população.

Necessitando de manter o controle político-ideológico das populações, o sistema capitalista tenta utilizar a influência e a capacidade de penetração das instituições médico-hospitalares, principalmente nos meios rurais e operários através de enfermeiros e médicos da sua inteira confiança. Compreendendo o perigo que representa para a sua dominação o exercício de uma medicina social, votada para as massas populares, a burguesia impede a criação de verdadeiras carreiras médicas de saúde pública, quer pela recusa de trabalho, quer pela sua não remuneração, afim de poder nomear quem fielmente sirva o sistema e a sua exploração.

É ainda dentro deste estado de coisas que a medicina no sistema capitalista assume um papel meramente curativo, "esquecendo" o aspecto mais relevante neste campo: a prevenção das doenças.

A elevação do nível de vida nas cidades e nos campos e a melhoria das condições sanitário-habitacionais, as boas condições de trabalho, a importância de uma alimentação adequada e trabalho de profilaxia são as bases necessárias a uma boa saúde pública. Mas estes são também os aspectos que a sociedade capitalista, na sua sede insaciável do maior lucro, não pode levar a cabo.

No Colonialismo todos estes factores são levados ao extremo, pois que para além de todo um sistema económico de exploração e opressão, o racismo é também, agora, um factor dominante. Se bem que o aspecto racista seja bastante atenuado que se trata de um laço do imperialismo, para o negro é sempre difícil arranjar uma cama no hospital, um médico especializado, que o trate, um enfermeiro que se disponha a deslocar-se à sua palhota.

Nas minas onde trabalham, nas plantações que cultivam, nas estradas que constroem, nas fábricas, nas machambas, nas povoações, milhões de negros nunca viram um médico ou um enfermeiro; estando doentes, nunca puderam beneficiar de qualquer assistência sanitária.

As condições de vida miseráveis e o desprezo que o sistema colonialista vota a população autóctone, o primitivismo que a dominação colonial de 50 anos manteve nas populações são, assim, a causa da série de epidemias e outras doenças que dizem milhares de homens, mulheres e crianças.

II - O TRABALHO SANITÁRIO NA FRELINO

Na FRELINO, o trabalho sanitário desenvolveu-se a partir das primeiras unidades sanitárias ligadas à guerrilha, destinando-se a cuidar dos combatentes.

Todavia, cedo se verificou que o maior problema no campo da saúde era o da população, pois se até aí a população indígena nunca tinha visto um médico, a sua situação agravava-se com os bombardeamentos dos colonialistas que faziam delas os seus alvos preferidos. É assim que, apesar de toda uma série de dificuldades (como o número diminuto de pessoal médico e de enfermagem, falta de material e de medicamentos, etc.) todos os esforços se começaram a centrar na assistência à população e começou a implantar-se uma rede hospitalar fixa no interior, primeiro com postos sanitários ao nível de distrito e mais tarde hospitais centrais a nível de província ou região. Ao mesmo tempo desenvolviam-se centros sanitários móveis e semi-móveis de modo a atingir o máximo número de população. Logo em 1965, através de uma ampla mobilização das massas e da implantação das estruturas da FRELINO, uma epidemia de varíola é controlada graças a uma campanha de vacinação maciça que abrangeu, logo na 1ª fase mais de 100 mil pessoas.

Mas o aspecto novo no sistema sanitário da FRELINO reside, essencialmente, no factor humano. Na verdade, o que faz um hospital não são os instrumentos cirúrgicos ou os medicamentos que lá se encontram. Eles são importantes, mas o factor decisivo é o Homem. "Se a sua condição

(continua na página 12)

acordo de Lusaka (extractos)

"Reunidas em Lusaka de 5 a 7 de Setembro de 1974, as delegações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado Português, com vista ao estabelecimento do acordo conducente à Independência de Moçambique, acordaram nos seguintes pontos:

"1. O Estado Português, tendo conhecido o direito do Povo de Moçambique à Independência, aceita por acordo com a Frente de Libertação de Moçambique a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados.

"2. A Independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da Frente de Libertação de Moçambique.

"3. Com vista a assegurar a referida transferência de poderes de poderes são criadas as seguintes estruturas governativas que funcionarão durante o período de transição que se inicia com a assinatura do presente acordo:

"a) Um Alto Comissário de nomeação do Presidente da República Portuguesa;

"b) Um Governo de Transição nomeado por acordo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português;

"c) Uma Comissão Militar Mista nomeada por acordo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português.

(...)

"5. Ao Governo de Transição caberá promover a transferência progressiva de poderes a todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique.(...)

(...)

"9. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português pelo presente instrumento, acordam em cessar fogo às 0 horas do dia 8 de Setembro de 1974 (hora de Moçambique) nos termos do protocolo anexo.

(...)

"12. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir conjuntamente em defesa da integridade do território de Moçambique contra qualquer agressão.

"13. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português a-

(continua na página 12)

Programa e Estatutos da FRELIMO

PROGRAMA DA FRELIMO

"I - LIQUIDAR O COLONIALISMO PORTUGUÊS

"O povo Moçambicano quer viver em paz. O nosso povo quer governar-se a si mesmo, escolhendo ele próprio os seus dirigentes, quer elevar o seu nível de vida, e construir ele próprio a sua economia. O nosso povo quer a igualdade nas relações sociais e económicas, quer seguir e desenvolver a sua cultura. O nosso povo quer viver num Moçambique independente, próspero, evoluído, democrático.

"Mas todas estas aspirações do nosso povo, que são comuns a todos os povos, têm sido contrariadas pelos colonialistas Portugueses. Desde que os colonialistas Portugueses chegaram à nossa terra o nosso povo não mais conheceu paz(...). A discriminação racial foi solidamente implantada no nosso país (...). A nossa cultura foi reprimida e banida: no seu plano de destruição sistemática da personalidade Moçambicana, os colonialistas Portugueses proibiram as manifestações culturais do nosso povo e tentaram instilar em nós a sua cultura -decadente, corrupta, completamente alheia ao nosso povo.

"O povo Moçambicano está determinado a pôr fim a esta situação. Sob a direcção da FRELIMO o povo Moçambicano liquidará o colonialismo Português em todas as suas manifestações -políticas, económicas, sociais e culturais.

"II -REALIZAR A UNIDADE DE TODO O POVO MOÇAMBICANO, E MOBILIZÁ-LO PARA A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

{...} E quando a FRELIMO foi criada, em 1962, ela fixou como uma das tarefas fundamentais a realização da unidade de todo o povo para a luta,(...). Assim a FRELIMO (...),propõe-se:

"- Engajar a participação de todas as forças patrióticas Moçambicanas, de todas as camadas sociais, no campo, nas povoações, nas cidades;

(continua na página 13)

A MULHER MOÇAMBICANA E A REVOLUÇÃO

(cont. pág.9)

mentos marginais da luta. Elegendo uma direcção ignorante, sem contacto directo com a luta, sem a fixação de tarefas dentro das perspectivas reais da luta, a LIFEMO descompõe-se. A FRELIMO, nessa altura, também não tinha ainda estruturas sólidas nem a sua linha estava apreendida e assumida porque ainda não fora posta à prova na luta. A guerra ainda não estava polarizada, o processo encontrava-se na fase inicial e compreende-se por isso a dificuldade da emancipação, pois esta é inseparável do desenvolvimento da Revolução.

Com o desenvolvimento da luta, com a afirmação da linha da FRELIMO e com a participação da mulher na luta foram criadas as condições para a transformação da sua consciência. A primeira conferência da Mulher Moçambicana em Março de 73 traça uma estratégia para a emancipação da mulher. A Mulher Moçambicana entra decididamente na transformação da sua consciência. Ela tem a apoiá-la toda a humanidade progressista e a sua luta é a luta de todos os homens e mulheres para varrer da face da Terra toda a exploração.

sunção e a desconfiança, para mais facilmente dominar.

Nos hospitais da FRELIMO, porém, o desejo do maior lucro, dos privilégios, a corrupção do capitalismo e do colonialismo, dão lugar à alta consciência política, estimulante poderoso do trabalho. O pessoal do hospital vive em contacto permanente com os sofrimentos humanos causados pela exploração. Por isso, um enfermeiro não tem horário de trabalho. O doente é sagrado, não há sentimentos de vingança por parte do pessoal. Não existem raças, cores, crenças ou nacionalidades. É o espírito colectivo que deve dominar toda a vida, de modo a tornar o hospital um centro de unidade nacional, de unidade de classe, de purificação de ideias, um centro de propaganda revolucionária e organizacional, um destacamento de combate.

"Na nossa zona, porque o poder nos pertence, porque são os camponeses, os operários, as massas laboriosas quem concebe e dirige, tudo se destina a libertar o Homem, a servir o Povo". (Sagora Machel - "No trabalho sanitário materializemos o princípio de que a Revolução liberta o Povo")

ACORDO DE LUSAKA (extractos) - (continuação da página 11)

firmam solenemente o seu propósito de estabelecer e desenvolver laços de amizade e cooperação construtiva entre os respectivos povos, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, económico e financeiro, numa base de independência, igualdade, comunhão de interesses e respeito da personalidade de cada povo. (...)

"15. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo e criar uma verdadeira harmonia racial. A este propósito, a Frente de Libertação de Moçambique reafirma a sua política de não (a)

O PAPEL DA MEDICINA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

(continuação da página 10)

res, comissários políticos, e a actividade sanitária não está separada da produção. O Hospital deve tornar-se auto-suficiente em alimentação; deve-se alfabetizar os doentes; deve-se organizar pequenos cursos de higiene e tornar os doentes em agentes activos de propaganda higiénica; o trabalho político nunca se deve abandonar, aproveitando todas as possibilidades para elevar continuamente a consciência política quer dos doentes, quer do pessoal hospitalar para desenvolver a determinação de combater o inimigo, combater a opressão, dando-lhes uma consciência anti-colonialista, anti-imperialista, de classe.

Tudo isto implica da parte do pessoal médico um grande esforço e um desejo enorme de servir as massas.

No combate sanitário desencadeado pela FRELIMO, além do inimigo directo (colonialismo e imperialismo) e do indirecto (seus lacaios), um outro inimigo, mais difícil de detectar e por isso mais difícil de combater, urge escorraçar: é o inimigo infiltrado no seu próprio seio. Fomentando o racismo, o tribalismo, a ambição, o elitismo, a superstição, a corrupção, etc., o imperialismo tenta fomentar, assim, a de-

PROGRAMA E ESTATUTOS DA FRELIMO

(continuação da página 11)

"- Eliminar todas as causas de divisão entre os diferentes grupos étnicos moçambicanos; construir a Nação Moçambicana, na base da igualdade de todos os Moçambicanos e do respeito pelas particularidades regionais;

"- Desenvolver a luta armada de libertação designadamente pela ampliação das forças de guerrilhas e das milícias populares.

"III - CONSTRUIR UM MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE, DESENVOLVIDO E PROSPERO, ONDE O PODER PERTENÇA AO POVO (...)

"O mesmo atraso verifica-se no campo da instrução e da assistência. Para mais facilmente nos dominarem os colonialistas Portugueses negaram ao nosso povo o acesso às escolas, mantendo-o na mais completa ignorância. Assim é que o nível de analfabetismo em Moçambique é de 98 por cento. A assistência médica e social por outro lado é restrita aos colonos.

"A mulher Moçambicana foi sempre considerada um simples instrumento de prazer pelos colonialistas. As nossas mães, irmãs, filhas, são violadas impunemente pelos colonos. (...)

{...}
(...), "a FRELIMO propõe-se:

"- Promover a construção nacional, desenvolvendo a produção agrícola, industrial e artesanal, o comércio e organizando cooperativas;

"- Substituir a cultura colonialista implantada pelos Portugueses por uma cultural popular e revolucionária, baseada nas tradições do nosso povo, divulgar a cultura Moçambicana junto dos outros povos, num sistema de intercâmbio;

"- Elevar o nível de instrução do povo, criar mais escolas, liquidar o analfabetismo, acelerar a formação de quadros;

"- Criar ou melhorar as condições de assistência médica às populações;

"- Estabelecer ou melhorar os serviços de assistência social aos órfãos, velhos, doentes e inválidos;

"- Promover a emancipação política, social, económica e cultural da mulher Moçambicana; realizar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher; encorajar a mulher Moçambicana a participar cada vez mais na luta de Libertação nacional.

"IV - APLICAR UMA POLITICA EXTERNA DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO COM TODOS OS POVOS, GOVERNOS E ORGANIZAÇÕES ANTI-COLONIALISTAS E ANTI-IMPERIALISTAS

(...) "O nacionalismo Moçambicano, contudo, não é um nacionalismo fechado, hermético, que exclua a cooperação com outras nações. A Revolução Moçambicana quer construir um Moçambique independente e ao mesmo tempo progressista, (...) a FRELIMO propõe-se:

"- Colaborar com todos os povos Africanos, que lutam pela sua independência nacional, em particular com os povos das outras colónias Portuguesas e da África Austral;

"- Colaborar na edificação da Unidade de todos os do Continente Africano, na base do respeito da liberdade, da dignidade e do direito ao progresso político, económico e social desses povos;

"- Reforçar as relações de amizade e solidariedade com os países socialistas;

"- Apoiar activamente todos os povos da África, Ásia e América Latina que lutam contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo."

ESTATUTOS DA FRELIMO

(...)

"DOS MEMBROS

"V - Adesão:

"Podem ser membros da FRELIMO todos os Moçambicanos que aprovelem os Estatutos e o Programa da FRELIMO, e se comprometam a executar a política da FRELIMO.

(...)

"DOS MÉTODOS DE TRABALHO

"VIII - O sistema de trabalho é baseado na:

"a) Livre discussão no interior da organização;

"b) Observação por todos os membros das deliberações tomadas pela maioria;

"c) Cooperação solidária na execução dos trabalhos da Organização;

"d) Análise constante do trabalho realizado, e correcção dos erros cometidos;

(...)

"1 - No seio de cada órgão as decisões são tomadas por unanimidade (continua na página 14)

ACORDO DE LUSAKA - (extractos)
(continuação da página 12)

criminação, segundo a qual de moçambicano não se define pela cor da pele mas pela identificação voluntária com as aspirações da Nação Moçambicana. (...)

(...)
"18. O Estado Moçambicano independente exercerá integralmente a soberania plena e completa no plano interior e exterior, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime político e social que considerar mais adequado aos interesses do seu povo.

"19.(...) A Frente de Libertação de Moçambique, que no seu combate sempre soube distinguir o depósito regime colonialista do Povo Português, e o Estado Português desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases duma cooperação fructuosa, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique."

HINO NACIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

VIVA, VIVA A FRELIMO
GUIA DO POVO MOÇAMBICANO
POVO HEROICO QU'ARMA EM FUNHO
O COLONIALISMO DERRUBOU.
TODO O POVO UNIDO
DESI O KOVUMA ATÉ O MAPUTO
LUTA CONTRA IMPERIALISMO
CONTINUA E SEMPRE VENCERÁ.
UNIDO AO MUNDO INTEIRO
LUTANDO CONTRA A BURGUESIA
NOSSA PÁTRIA SERÁ TUMULO
DO CAPITALISMO E EXPLORAÇÃO.
O POVO MOÇAMBICANO
D'OPERÁRIOS E DE CAMTONESES
ENGAJADO NO TRABALHO
A RIQUEZA SEMPRE BROTA.
VIVA MOÇAMBIQUE
VIVA A BANDEIRA SÍMBOLO NACIONAL
VIVA MOÇAMBIQUE
QUE POR TI O POVO LUTARÁ.

VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE!

VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE!

PROGRAMA E ESTATUTOS DA FRELIMO
(continuação da pág. 13)
ESTATUTOS DA FRELIMO (continuação)

ou, caso não seja possível, por maioria.
(...)

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

(...)

X-Do Congresso:

O Congresso é o órgão supremo da FRELIMO (...)

(...)

É competência do Congresso:

"a) Definir a linha política, apreciar e modificar os Estatutos e o Programa da FRELIMO;

"b) Analisar e criticar o relatório apresentado pelo Comité Central;

"c) Eleger os membros do Comité Central;

"d) Eleger o Presidente e o Vice-presidente da FRELIMO, sob proposta do Comité Central.

"As decisões do Congresso são válidas e obrigatórias para toda a organização da FRELIMO, não podendo ser revogadas ou alteradas senão por um outro Congresso.

"XI - Do Comité Central:

(...)

"O Comité Central é responsável perante o Congresso.

"É da competência do Comité Central:

"a) Formular a linha política da FRELIMO, dentro dos princípios definidos pelo Congresso;

"b) Aprovar o Regulamento Geral Interno;

"c) Propôr ao Congresso, para eleição, os candidatos à Presidência e à Vice-presidência da FRELIMO.

(...)

DISSOLUÇÃO

"XVII - Só o Congresso pode dissolver a FRELIMO

(...) "

VIVA A MEMÓRIA DE EDUARDO CHIVANBO NONDLANE!

VIVA SAMORA MACHEL!

VIVA A FRELIMO!

VIVA A JUSTA LUTA DOS POVOS Oprimidos DE TODO O MUNDO!